



MULHER BATALHADORA, FILHOS TRABALHADORES: O TRABALHO INFANTIL SOB A ÓTICA TRANSGERACIONAL

Aline Cristiane Roza da Silva¹
Carolina Di Giorgio Beck²

O presente trabalho tem como objetivo relatar a nossa experiência como técnicas sociais de um Programa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS (PMPA), o Programa Ação Rua, coordenado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) e executado em parceria com o Centro de Promoção da Criança e Adolescente São Francisco de Assis (CPCA), organização não governamental a qual estamos vinculadas.

O atendimento a uma família em especial, a família Santos Coimbra³, nos chamou muita atenção e motivou um processo de reflexão dentro da nossa equipe de trabalho, que culminou na decisão de relatarmos e dividirmos nossa experiência com outros profissionais.

Contextualização do Programa Ação Rua

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS através da FASC desenvolve o Programa Ação Rua, desde 2007, que tem como objetivo principal trabalhar com crianças e adolescentes em situação de rua moradia⁴ ou rua sobrevivência⁵ tentando resgatá-las de tal situação e fortalecer seus vínculos familiares e comunitários assim como garantir o acesso aos direitos fundamentais deste público e seus familiares. O programa é organizado de forma regionalizada, ou seja, subdividido em 14 regiões da cidade cada uma com um núcleo (exceto as regiões Leste e Centro, as quais têm mais de um núcleo). Destes 14, apenas um é executado pela própria Prefeitura, os outros 13 são executados por entidades não governamentais através de conveniamento com a FASC. Cada Núcleo conta com uma equipe composta por uma coordenação técnica, dois técnicos sociais e quatro educadores sociais. A entidade a qual estamos ligadas é o Centro de Promoção da Criança e

1 Cientista Social (UFRGS), Pós-Graduada em Direitos da Criança e Adolescente (FMP/RS), Técnica social do Programa Ação Rua – CPCA. aline.roza@gmail.com

2 Psicóloga (PUCRS), Especialista em Gestão Social (UFRGS), Técnica social do Programa Ação Rua – CPCA. carolbeck01@yahoo.com.br.

3 Neste trabalho, as identidades das pessoas entrevistadas foram preservadas. Todos os entrevistados assinaram um Termo de Consentimento, e serão referenciados ao longo do texto com nomes fictícios.

4 Entende-se por rua moradia a situação em que se encontra a criança ou o adolescente que tem seus vínculos familiares e comunitários rompidos ou muito fragilizados e que por esta razão tem como referência de moradia e permanência o espaço da rua, sem retornar para sua casa ou retornando de forma muito esporádica.

5 Entende-se por rua sobrevivência a situação em que se encontra a criança ou o adolescente que tem seus vínculos familiares e comunitários fragilizados, a ponto de permanecer na rua durante muitas horas do dia, mas que retorna para sua casa.



Adolescente São Francisco de Assis (CPCA) que atualmente tem o convênio de 04 núcleos do programa.

As crianças e adolescentes são abordados na rua realizando as mais diversas atividades laborais (catação de material reciclável, venda de produtos e etc), praticando mendicância ou fazendo uso de substâncias psicoativas (SPA). No primeiro momento investimos na vinculação com estes sujeitos para que, então, possamos chegar até as famílias a fim de conhecer suas histórias e identificar suas potencialidades, necessidades e fragilidades e pensarmos formas para que seus direitos e de seus filhos que se encontram violados possam ser garantidos e a situação de rua (no campo do ideal) cesse.

Contextualização do campo

A equipe com a qual trabalhamos atua no Partenon, zona Leste da cidade de Porto Alegre. Conforme os dados do site ObservaPOA⁶, a referida região tem mais de 120 mil habitantes, representando 8,84% da população do município; com área de 14,57 km², o que representa 3,06% da área do município. 29,95% da população é composta por crianças e adolescentes. A taxa de analfabetismo geral é de 4,2%, e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 7,1 salários mínimos. Diante desses dados, podemos considerar o Partenon uma região de contrastes, pois é composto por cinco bairros de classe média com razoáveis condições de vida, porém com inúmeras e extensas vilas que se formaram com o passar dos anos, representando atualmente importantes focos de miserabilidade. Nesta região, a questão da exploração do trabalho infantil ganha destaque.

A Família Santos Coimbra

Nossos primeiros contatos com a família Santos Coimbra se deu através de abordagens às crianças e adolescentes no espaço da rua, comercializando panos de prato. Por se tratar de um programa municipal, o Ação Rua promove reuniões, discussões e seminários com todos os profissionais que nele trabalham. Assim, em contato com técnicos e educadores sociais de outras regiões da cidade, tomamos conhecimento de que a família circulava pelos mais diversos bairros de Porto Alegre. Na nossa região, a família era abordada em estacionamentos de grandes redes de supermercados.

⁶ Todos dos dados aqui apresentados têm como base o censo demográfico IBGE/2000 e estão publicados no site do Observatório de Porto Alegre de domínio da PROCEMPA.



Uma característica que nos chama atenção nesta família é que sempre são as mulheres e seus filhos ou, em algumas situações, irmãos mais velhos acompanhados dos irmãos mais novos que estão na rua. Ou seja, os únicos homens percebidos no grupo são as crianças e adolescentes. A geração que hoje abordamos e acompanhamos tem idade entre 10 e 16 anos de idade, e começaram a trabalhar com suas mães, vendendo panos de pratos, desde aproximadamente os 05 anos de idade.

A partir das abordagens, começamos a visitar a família, em especial duas das integrantes que iremos chamar de Luciana e Marilene⁷. O objetivo das visitas domiciliares, conforme a metodologia do Programa Ação Rua, é fortalecer o vínculo entre os técnicos sociais e a família e, assim, ter uma maior aproximação do que seja o funcionamento e a forma de se organizar deste grupo para então pensar em possíveis alternativas ou mudanças.

Após o consentimento de Luciana e Marilene para participarem deste trabalho, realizamos entrevistas abertas e observações participantes no espaço da rua, enquanto as mulheres e as crianças trabalhavam. Conforme Magnani (2001), empreendemos olhar de perto e de dentro sobre a trajetória e os arranjos de sobrevivência da família Silva Coimbra a partir “das formas por meio das quais eles se avêm para transitar pela cidade, usufruir seus serviços, utilizar seus equipamentos, estabelecer encontros e trocas nas mais diferentes esferas – religiosidade, trabalho, lazer, cultura, participação política ou associativa etc.” A todo o momento procuramos estar atentas aos locais de circulação das mulheres e das crianças, sobretudo às relações estabelecidas com a clientela, com os seguranças dos supermercados, com outros vendedores que também ocupam aqueles espaços e com as técnicas sociais.

A intensidade das visitas domiciliares e, conseqüentemente, dos momentos de conversa e reflexão, foi proporcional à quantidade de vezes que algum membro da família era abordado na rua trabalhando. Assim, como a questão da venda de panos estava muito presente na dinâmica da família, sendo, de fato, o meio de sobrevivência, as abordagens eram diárias e as visitas, sistemáticas. Desta forma, nosso vínculo com estas mulheres, chefes das famílias, se fortaleceu principalmente com Luciana.

O valor do trabalho perpassando gerações

Luciana é sobrinha de Marilene, tem 29 anos, e três filhas com idades entre 05 e 09 anos. É casada com o pai das meninas e residem juntos. As filhas mais velhas estão matriculadas e

⁷ Neste trabalho, as identidades dos entrevistados serão preservadas e, para tanto, usaremos nomes fictícios. Os entrevistados assinaram Termo de Consentimento.



freqüentam a escola. Nunca foram reprovadas. Quando conhecemos Luciana, o seu marido não trabalhava, pois precisava de um transplante de rim e necessitava de hemodiálise diariamente.

Marilene tem aproximadamente 50 anos, e é mãe de dez filhos. Os quatro primeiros foram de seu primeiro casamento e os outros seis foram de uma relação com um homem casado que nunca assumiu a criação dos filhos. Os filhos do primeiro casamento têm entre 25 e 20 anos, nenhum reside com a mãe e todos já constituíram as suas próprias famílias. Os filhos desta segunda relação têm entre 18 e 13, sendo que apenas três ainda residem com Marilene.

Quando conhecemos a família, fomos alertadas para o fato de que trabalharíamos com uma família muito difícil, que há anos explorava o trabalho de suas crianças, negando-se acessar programas de transferência de renda do governo federal, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), por exemplo, e que não parecia disposta a modificar suas práticas. Tal situação despertou em nós o interesse em compreender os argumentos que justificavam este jeito de viver e preparar os filhos para a vida. Percebemos que nosso olhar sobre a família e a forma que escolhemos para “intervir” estava equivocado: seria necessário acessar a história de vida dessas pessoas.

As duas mulheres nos contam que sua família sempre foi de vendedores ambulantes, e as mulheres, as principais “batalhadoras”. Nossas duas informantes iniciaram sua trajetória nas ruas há mais de 20 anos com a venda de frutas, verduras e rapaduras. Luciana conta que nunca foi obrigada a trabalhar, mas que desde pequena gostava de vender e era uma ótima vendedora. Marilene traz em seu discurso que os quatro primeiros filhos foram privilegiados, pois era mais jovem e fazia as suas vendas sozinha, mas que hoje já não pode mais, até porque também precisa cuidar dos netos e vem apresentando problemas de saúde, mas não acha que seja um problema seus filhos venderem, pois eles estão aprendendo a ganhar a vida, não estão roubando, usando drogas e gostam de fazer isto.

A história de Marilene induz a pensarmos em uma situação de sofrimento. Com seus irmãos, vendia rapaduras e frutas, tanto a pé quanto de carroça. Aos 13 anos de idade teve um namorado e entrou em conflito com a mãe, que a colocou para fora de casa. Daí em diante, teve de responsabilizar-se sozinha pelo seu sustento. Em seu discurso, reforça a todo o tempo o quanto seu trabalho lhe dignifica e satisfaz. Divide sua vida (e seus filhos) em dois momentos bastante diversos: o primeiro e o segundo relacionamento. No primeiro, havia certa estabilidade, sendo os adultos os responsáveis pelo sustento da casa. O segundo relacionamento, do qual nasceram cinco crianças, foi um tanto conturbado. O pai das crianças tinha outra família e não deu o suporte (moral nem financeiro) de que ela e os filhos necessitavam. Marilene aponta este como o momento crucial



para a entrada das crianças no trabalho informal. Ela fala deste momento com muita naturalidade, não parecendo considerar outra alternativa que não a colaboração dos filhos na venda dos panos de prato. O que observamos atualmente é que seus filhos mais velhos chegaram a freqüentar a escola, mas não avançaram nos estudos. Eles desempenham atividades muito simples, e de forma geral, são ainda vendedores ambulantes. Os mais novos já apresentam defasagem escolar e tem a responsabilidade de trabalhar diariamente.

Luciana mostra-se muito empreendedora. Conta-nos com orgulho que nem seus pais sabiam que tinha tanto êxito nas vendas. Quando se casou, aos 15 anos de idade, desistiu de trabalhar na banca de frutas com os pais e ousou comprar uma carroça em parceria com o marido. O casal ia a CEASA comprar hortifrutigranjeiros e vender, de carroça, pelos bairros de Porto Alegre. Esta foi a fonte de renda do casal até que o marido de Luciana começou a apresentar problemas de saúde. Apesar da prática adquirida com a venda de frutas, experimentou, então, vender panos de pratos, e concluiu que este seria um negócio mais rentável. Quando conhecemos Vitória, a filha mais velha de Luciana, ela estava prestes a entrar para a escola. Naquele dia a menina vendia os panos no estacionamento de um grande supermercado do bairro Partenon. Vitória tinha o objetivo de comprar uma mochila com rodinhas, e Luciana reclamava que a menina havia escolhido uma das mochilas mais caras da loja. Alguns dias depois, encontramos Luciana, Vitória e sua mochila nova.

Através destes relatos foi possível perceber que a questão do trabalho, “*de aprender a ganhar de vida desde pequeno*”, de que “*é melhor trabalhar do que ficar vagabundeando na vila, do que roubar, usar drogas*” fazem parte do sistema de valores desta família, valores estes passados transgeracionalmente. Conforme Falcke e Wagner (2005), a transmissão geracional parte do pressuposto que todo indivíduo nasce dentro de um núcleo que já tem uma história preexistente da qual ele acaba sendo herdeiro ou quem sabe até prisioneiro. As mesmas autoras conceituam valores como o conjunto de crenças, mitos, rituais, cerimônias, tabus e segredos que a família elege implícita ou explicitamente como sendo importantes de se passar de uma geração a outra. Desafiar este sistema de valores nem sempre é uma tarefa fácil, ou melhor, quase sempre é uma tarefa árdua, pois, normalmente ocasiona uma reação de resistência e defesa dentro do núcleo. Antes de chegarmos nesta família, estes valores passavam sendo desafiados pelos mais variados agentes sociais (escola, assistência social, saúde...) e, inclusive, por nós, quando chegamos. Obviamente, a família fechou-se em si mesma e não admitia nenhum tipo de “intromissão”.

Além do conceito de transgeracionalidade dentro da família, também podemos refletir sobre o ciclo vital e caracterização de uma família pobre, já que este é bem diferente do ciclo vital



“padrão” baseado nas experiências de famílias de classe média. Segundo Tornaria, Vandemeulebroecke & Colpin (2001), o ciclo vital de uma família pobre se dá de forma mais acelerada no tempo e com etapas menos definidas e mais encurtadas. Nas famílias de classe média observamos o prolongamento da adolescência, já nas famílias pobres acontece justamente o contrário. Há o encurtamento desta etapa, na verdade não só desta, mas como de todas as outras, inclusive da infância.

Conforme as autoras citadas, quanto mais pobre a família, mais forte é a presença da mãe dentro do lar, ficando o pai em segundo plano, quando este existe. Isto faz das mulheres as únicas responsáveis pelos cuidados e sustento dos filhos e, como estratégia de sobrevivência, acabam por levar as crianças junto delas para as atividades laborais.

Foi só a partir do momento em que nos vinculamos de forma diferente que houve a abertura. No momento em que chegamos e falamos que não queríamos julgar nem oferecer nada, que só queríamos escutar a história e poder pensar junto com essas mulheres sobre suas próprias histórias, conseguimos transpor a barreira e este vínculo se modificou. Nossa aproximação se deu no momento em que, nós mesmas, conseguimos deslocar nosso olhar para a realidade que ali estava colocada.

Estarmos atentas para o que a família está nos contando, para a sua história, darmos abertura para que realmente possam “narrar” sua história, nos fez pensar no conceito de práticas narrativas.

As práticas narrativas partem de pressupostos básicos fundados na crença da visão da realidade como construção social. Todas as pessoas constroem sentido e significado das experiências de suas vidas, sendo que a narrativa pessoal possibilita que as pessoas dêem sentido a elas. Os sentidos dados às experiências moldam a vida e os relacionamentos, e, as pessoas são bastante seletivas quanto a que experiências atribuem importância, sentido e significado, enquanto outras são negligenciadas e adormecidas. Portanto, a vida das pessoas é multi-historiada, pela história dominante/oficial que se configura em parte das experiências vividas qualificando e constituindo o sujeito, e pela história subordinada/secundária formada por uma variedade de alternativas narrativas incluindo as experiências negligenciadas pela história dominante. A busca da história subordinada alternativa através das práticas narrativas permite a entrada do sujeito em outros territórios da sua identidade, explorando recursos, habilidades e capacidades até o momento ocultas e esquecidas (PALMA, 2008: 3).

Nosso contato com estas duas mulheres e seus filhos nos dá algumas pistas acerca da elaboração de formas de intervenção.

É necessário estarmos atentos e apropriados do lugar de onde estamos falando. Nós, operadores da política de proteção a crianças e adolescentes temos, de fato, a tarefa de intervir nas situações de violação dos direitos destes sujeitos que se encontram em condição peculiar de desenvolvimento. A Lei nº 8.069/90, o Estatuto da Criança e do Adolescente, proíbe o trabalho infantil, salvo a partir dos 14 anos de idade, na condição de aprendiz. Frente a isso, levamos a cada família visitada a proposta de refletir sobre essa orientação e de, juntos, buscarmos outras



alternativas para que o núcleo familiar não necessite utilizar o trabalho de uma criança para a sua sobrevivência.

No momento da intervenção, há que se estar ciente de que o trabalho em condições precárias deveria ser proibido não apenas para os adolescentes, mas para todos os seres humanos:

Com relação à exploração do trabalho infantil, talvez fosse interessante lembrar que trabalhos insalubre e em condições exploratórias não devem ser realizados por nenhum ser humano, seja criança ou adulto. Quando centralizamos nossas atenções na criança podemos “esquecer” que seus pais, mães, irmãos, tios e avós trabalhadores (os quais também já foram crianças um dia) muito provavelmente são mal remunerados ou até explorados se levarmos em consideração o panorama de pobreza e injustiça social no Brasil (VECCHIO, 2007: 128).

Tendo em vista nossa tarefa de despertar nas famílias algum interesse ou mesmo disposição para a mudança no que diz respeito à exploração do trabalho de suas crianças e adolescentes, torna-se necessário utilizar os recursos públicos disponíveis. Estes, via de regra, se apresentam na forma de programas sociais. Dentre as possibilidades existentes destacamos a inclusão do (s) responsável (is) em atividade produtiva, em programas de qualificação de trabalhadores, ou sua inclusão em um programa de transferência de renda do governo federal.

A prática tem nos mostrado que nem sempre essas são as melhores alternativas, visto que nem sempre nossos usuários têm qualificação para o trabalho e conseguem um posto de emprego/atividade, que o número de “vagas” para ingresso em programas sociais está aquém da demanda, e que algumas famílias não têm interesse em atender às exigências destes programas sociais como, por exemplo, inserir as crianças em atividades lúdicas e educativas no turno inverso ao da escola e não levá-las para trabalhar. O caso da família Santos Coimbra se refere a esta última situação. O rendimento mensal das vendas supera em muito o valor do repasse federal que atualmente é de R\$ 200,00 mensais. Sendo assim, percebe-se um hiato existente entre os discursos de proteção difundidos entre os agentes públicos, e algumas práticas cotidianas das famílias atendidas pelo Programa Ação Rua⁸.

Sendo assim, é necessário lançarmos mão de outras formas de intervenção. O discurso hegemônico de que crianças não podem trabalhar, de que a rua é um espaço de exposição a perigos e riscos, e que estar na escola e em atividades lúdicas e educativas é melhor para o desenvolvimento destas crianças não tem tido efeito. Trata-se de um discurso que já não afeta os responsáveis, visto que eles mesmos trabalham desde crianças e que, de uma forma geral, acreditam que esta é a melhor forma de ensinar e preparar suas crianças para os desafios da vida adulta. Tal noção dialoga com as reflexões de uma antropóloga que também circulou por esta região de Porto Alegre:

⁸ Ver Vecchio, 2007.



Embora tenhamos sem dúvida uma parcela significativa de crianças envolvidas com atividades rentáveis nos contextos de menor acesso às riquezas, é preciso, entretanto, certa cautela antes de concluir que a pobreza seja o único motivador de trabalho infanto-juvenil. Um olhar mais atento sobre a cidade revela que trabalhar nessa faixa etária não é um fenômeno restrito aos morros de favelas e periferias urbanas. Não é raro ver crianças e adolescentes melhores situados economicamente trabalhando, [...]. Na maioria dos casos, essas atividades não são motivadas pela penúria financeira da família, ou mesmo pela sua ignorância ou “falta de instrução”. Ao contrário, acabam ganhando um caráter mais “educativo” e disciplinador para o futuro trabalhador, ou ainda cumprir a função de possibilitar à criança ter seus próprios desejos de consumo satisfeitos.” (Vecchio, 2007: 72)

O contato com a família Santos Coimbra, nos faz supor que a melhor forma de intervir na situação não é apenas oferecendo alternativas de ingresso em programas da assistência social, denúncias aos órgãos competentes, eventual retirada das crianças do seio da família e etc. Cada vez nos convencemos mais da importância do processo de vinculação e de escuta, mas uma escuta sem preconceitos e com empatia, na real tentativa de colocar-se no lugar do outro. Pois é através desta troca com a família que também conseguimos fazê-la nos escutar e refletir sobre o nosso ponto de vista, o nosso sistema de valores. Essa possibilidade de “desacomodação”, tanto da parte da família quanto da nossa parte, é o que, nesse caso específico, pode trazer algum benefício para as crianças, pois todos nós fizemos, necessariamente, uma reflexão desta prática tão naturalizada dentro da família Santos Coimbra, qual seja a participação das crianças na economia da casa.

Bibliografia

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

FALCKE, D; WAGNER, A. A dinâmica familiar e o fenômeno da transgeracionalidade: definição e conceitos. In: WAGNER, A (Coord). *Como se perpetua a família? A transmissão dos modelos familiares*. 1ª ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

MAGNANI, J. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. Disponível em: <<http://www.n-a-u.org/DEPERTOEDEDENTRO.html>>. Acesso em: 21/03/2010.

PALMA, F. Terapia Narrativa. In: *Idéias Sistemicas – Cadernos do CEFAL*. Nº 5, Ano V. 2008. Pgs 01 – 12.

PREFEIRURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE. Observatório da cidade de Porto Alegre. Disponível em: < <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/observatorio> > Acesso em 21/03/2010.

TORNARÍA, M; VANDEMEULEBROECKE, L; COLPIN, H. *Pedagogia Familiar: aportes desde la teoria y la investigación*. 1ªed. Montevideo: Ediciones Trilce, 2001.

VECCHIO, M.. *Onde mora o perigo?* Um estudo sobre noções e práticas de proteção à infância entre moradores de uma vila popular de Porto Alegre. 2007. 136 fls. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. UFRGS, Porto Alegre.